



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

**Aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes municipais no Concelho do  
Funchal**

**Ref de procedimento n.º 10/DEVAC/2025**

**PROGRAMA DE CONCURSO**



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## **Artigo 1º**

### **Identificação do procedimento**

O presente procedimento por concurso público tem por objecto a prestação de serviços de aquisição de serviços para a aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes municipais no concelho do Funchal.

## **Artigo 2º**

### **Entidade Adjudicante**

A entidade pública adjudicante é o Município do Funchal, pessoa coletiva de Direito Público 511217315, com sede na Praça do Município, 9004-512 Funchal, telefone geral 291 211000 e seguintes endereços eletrónicos: [www.funchal.pt](http://www.funchal.pt); [dcpa@funchal.pt](mailto:dcpa@funchal.pt); plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

## **Artigo 3º**

### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por Despacho da Sra. Vereadora, Ana Bracamonte, no uso da competência conferida pelo Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências da Presidente da Câmara Municipal nos Vereadores a Tempo Inteiro, publicitado pelo Edital n.º 91/2024, de 1 de fevereiro, publicado no Diário de Notícias da Madeira e no Jornal da Madeira, edições de 3 de fevereiro de 2024.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

#### **Artigo 4.º**

##### **Fundamentação da escolha do procedimento**

A escolha do presente procedimento por Concurso Público, com publicação de anúncio no JOUE, foi baseada no valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com o limite ao valor do contrato previsto no artigo 20º n.º 1 alínea a) do código dos contratos públicos do CCP.

#### **Artigo 5º**

##### **Órgão competente para a prestação de esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento**

- 1- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.
- 2- No mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 3- Os esclarecimentos a que se refere o ponto 1 são prestados por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.
- 4- O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões, considerando-se rejeitados todos os que até ao termo do 2º terço do prazo de entrega de propostas, não sejam por ele expressamente aceites.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

5- O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no parágrafo anterior, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

6- Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Artigo 6º**

#### **Preço ou custo anormalmente baixo**

Não é fixado preço ou custo anormalmente baixo.

### **Artigo 7º**

#### **Documentos que constituem a proposta**

1- A proposta elaborada em Língua Portuguesa deve ser acompanhada dos seguintes documentos:

a) **DEUCP;**

b) Documento contendo **o preço unitário por m2 a pagar por cada espaço verde, dentro de cada lote, o preço total para cada lote e, o preço total da proposta**, em algarismos e sem incluir **o IVA**, indicando a taxa de IVA a aplicar, de acordo **com o Anexo II – Localização e áreas dos espaços;**

c) Declaração de nomeação de equipa técnica que irá afetar à obra (estejam ou não integrados na empresa) elaborada em conformidade com o modelo constante do presente programa de concurso (**Anexo IV**);



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

- d) Declarações emitidas conforme o modelo constante do presente Programa de Concurso (**Anexo V**), assinadas por cada um dos elementos referidos na alínea c) supra, relativas ao compromisso de acompanharem assiduamente os trabalhos e estarem em permanência no local da obra, sem prejuízo das afetações previstas no Caderno de Encargos;
- e) Quando o Concorrente recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva proposta é ainda constituída por uma declaração, elaborada em conformidade com o modelo constante do presente Programa de Concurso (**Anexo VI**), através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinados trabalhos objeto do contrato a celebrar;
- f) Documento comprovativo de Experiência e de Formação Superior exigida ao Técnico responsável em **Agronomia** (Engenharia Agrónoma ou Agrícola) ou em **Engenharia Florestal** ou **Arquitetura Paisagista** (confrontar com o artigo 9.º do presente programa).
- g) Identificação da equipa técnica a afetar a prestação de serviços, nos seguintes termos:
- i. Declaração preenchida conforme modelo do **Anexo VIII** do presente programa de concurso, e **respetivos comprovativos**, nos termos do artigo 9.º do presente programa (**Subfactor VT.1**).
- ii. Declaração preenchida conforme modelo do **Anexo IX** do presente programa de concurso, e **respetivos comprovativos**, nos termos do artigo 9.º do presente programa (**Subfactor VT.2**).
- 2 - Cópia da Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso online da Certidão Permanente (consoante o caso);



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

- 3 – As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser redigidas em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 4 – É obrigatório a apresentação dos documentos na forma e conteúdo descritos.

### **Artigo 8º**

#### **Modo de apresentação dos documentos que constituem a proposta**

- 1- A entrega dos documentos que constituem a proposta será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.
- 2- Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de assinatura eletrónica qualificada própria ou dos representantes legais. A aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos ou ficheiros eletrónicos da proposta, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do artigo 3.º n.º 2 do Decreto-Lei N.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 88/2009, de 9 de abril, sob pena de exclusão da proposta, nos termos do artigo 146.º n.º 2 alínea l), aplicável por força do artigo 122º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.
- 3- Em cumprimento do disposto no artigo 54.º n.º 7 da Lei N.º 96/2015, de 17 de agosto, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (por exemplo, caso o documento seja assinado com assinatura



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

digital qualificada do cartão de cidadão), deve o concorrente submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente ou outro documento que considere suficiente para o efeito).

4- Nos casos em que a sociedade se obrigue com a assinatura conjunta de vários administradores ou gerentes, os documentos da proposta devem ser assinados por todos eles. No caso de a proposta ser assinada apenas por um administrador ou gerente, o concorrente deve juntar procuração, mandato ou documento que lhe confira poderes suficientes para vincular a sociedade.

5- Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, nomeadamente, certidões, certificados ou atestados devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetam.

6- Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do operador económico que o submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

7- Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente de processos de compressão,



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem.

8- Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número anterior, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no artigo 62.º n.º 5 do CCP.

### **Artigo 9º**

#### **Experiência Profissional**

1 - A experiência profissional do técnico responsável pela equipa deve ser comprovada, nos termos **do ponto 2 do artigo 13º infra e do ponto 2 do Anexo VII** do presente Programa, mediante apresentação do respetivo *Curricula Vitae* (datado e assinado pelo técnico), devendo constar de forma clara e inequívoca, o seguinte:

- Designação do(s) serviço(s);
- Descrição genérica dos trabalhos executados;
- Identificação da entidade adjudicante;
- Local de execução do serviço;
- Valor de adjudicação;
- Data de início (mês/ano) e de conclusão do serviço (mês/ano);

2 - As declarações abonatórias a apresentar pelo técnico responsável, nos termos da **subalínea ii) da alínea g) do ponto 1 do artigo 7.º** do presente Programa devem ser





Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

emitidas pela respetiva Entidade Adjudicante e mencionar de forma clara e inequívoca, o seguinte:

- Designação do(s) serviço(s);
- Descrição genérica dos trabalhos executados que permita aferir a natureza dos mesmos para efeitos do disposto da **subalínea ii) da alínea g) do ponto 1 do artigo 7.º** do presente Programa;
- Identificação da(s) entidade(s) adjudicante(s);
- Identificação da(s) empresa(s) contratante(s);
- Local de execução do(s) serviço(s);
- Valor total de cada serviço;
- Nome completo do técnico responsável que participou no serviço;
- Identificação da(s) função(ões) desempenhada(s) pelo referido elemento;
- Área(s) dos espaços verdes/jardins mantidos;
- Data de início e de conclusão do serviço.

### **Artigo 10º**

#### **Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

1- O Processo de Concurso encontra-se patente no Departamento de Espaços Verdes e Ação Climática, Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos – Estrada dos Marmeleiros, 1, 9050-216 Funchal, onde pode ser consultado, durante as horas de expediente (das 9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h) todos os dias, desde a data da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

2- O presente procedimento, está integralmente disponibilizado de forma gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

### **Artigo 11º**

#### **Local e prazo para apresentação das propostas**

As propostas devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt> até às 23h59m horas do 30.º (trigésimo) a contar desde da data de envio do anúncio para o Diário da República.

### **Artigo 12º**

#### **Prazo para manutenção da proposta**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **120 dias** contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

### **Artigo 13º**

#### **Critério de adjudicação**

1 - O critério de adjudicação, de acordo com o artigo 74.º n.º 1 alínea a), é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade multifator, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado através de um conjunto de fatores e subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar:



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

Fator	Subfatores	Ponderação		
FP – Fator Preço			60%	100%
VT – Valor Técnico	VT.1 – Experiência do Técnico Responsável na profissão	40%	40%	
	VT.2 – Experiência do Técnico Responsável em prestações de serviços de natureza comparável ao objeto do contrato	60%	40%	

2 - Atendendo ao critério de adjudicação anteriormente referido, o modelo de avaliação das propostas, **consta no Anexo VII ao presente programa de procedimento**, designado por anexo VII – Avaliação das Propostas.

3 - A adjudicação **será efetuada lote a lote, podendo os concorrentes apresentar proposta para os lotes que entenderem**, pelo que não são obrigados a apresentar proposta para a totalidade dos lotes.

4 - Os concorrentes **são obrigados a responder a todas as posições dentro de cada lote** a que concorrem sob pena da respetiva proposta para o lote em causa ser excluída.

5 - Em caso de igualdade de preço, **em qualquer um dos lotes**, as propostas serão ordenadas, em **termos comparativos**, considerando **os seguintes critérios de desempate**: o concorrente que **apresente maior pontuação no fator preço (FP)**, se o empate persistir,



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

maior pontuação no subfactor Experiência do Técnico Responsável em prestações de serviços de natureza comparável ao objeto do contrato (VT.2).

5 - Havendo, ainda assim, duas ou mais propostas de igual classificação final, as propostas serão ordenadas na sequência de sorteio por bolas numeradas quem retirar a bola numerada com o número 1 (um).

O sorteio será efetuado nos termos que se seguem:

- a) a data e hora do ato público do sorteio das propostas, é comunicada a todos os concorrentes por escrito com uma antecedência mínima de 5 dias;
- b) ao ato público do sorteio, pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e seus representantes, devidamente credenciados;
- c) o júri numera as bolas de acordo com o número de propostas empatadas.
- d) as bolas são inseridas num saco opaco.
- e) as bolas serão depois retiradas em 2 fases.

Uma: - Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para efeito de estabelecer a ordenação para efeitos de retirar as bolas na 2ª fase. A ordenação corresponde ao número da bola.

f) As bolas são novamente introduzidas no saco.

Duas: - Nesta segunda fase, cada um dos concorrentes pela ordem já determinada na primeira fase retira uma bola.

g) A ordenação das propostas objeto do sorteio, corresponderá aos números das bolas de cada concorrente.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

h) será feita uma ata do sorteio, a assinar por todos os concorrentes presentes e pelos membros do Júri. Havendo recusa de assinatura far-se-á menção na ata.

3- Estando apenas um representante com poderes de representação:

a) Não haverá lugar à primeira fase do sorteio, passando-se diretamente para a segunda fase.

b) nesta fase serão introduzidas no saco tantas bolas numeradas quantos as propostas de igual preço. O representante do concorrente, retirará uma bola cujo número corresponderá ao seu lugar na lista de ordenação de propostas.

4- Havendo apenas 2 bolas introduzidas no saco, o presidente do júri, após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente, retirará a segunda bola para confirmar o número de bolas introduzidas no saco e a sua numeração.

5- Havendo mais do que 2 bolas após a retirada de uma bola pelo representante do concorrente presente, caberá ao Presidente do Júri retirar 1 bola e, sucessivamente, de acordo com o número da bola, ordenar o concorrente no correspondente lugar na lista de ordenação de propostas.

6- Caso nenhum dos concorrentes compareça na data e hora designada pelo júri, o sorteio será realizado perante o Júri do procedimento, sendo que o Presidente do Júri, nomeará oficiosamente um representante *ad hoc* para cada um dos concorrentes, o qual não poderá pertencer ao Júri, nem ao Executivo da Câmara Municipal do Funchal.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

### **Artigo 14º**

#### **Modalidade jurídica de associação de empresas**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

### **Artigo 15º**

#### **Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

**1-** O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, com as adaptações do DLR/34/2008/M de 14 de agosto, ou seja, a declaração conforme.

**Anexo II –M**, anexo a este programa.

b) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com **a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, ou autorização para a consulta on-line;

c) Certificado comprovativo de que a **entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, ou autorização para a consulta on-line;

d) Certificado de **registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência**, de como não foram



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;

e) Declaração de rendimentos (modelo 3 ou **modelo 22, este último acompanhado do Anexo C**, se for o caso) do último exercício económico disponível;

f) Declaração de rendimentos e retenções de residentes (**modelo n.º 10**) e **DMR (autoridade tributária)** do último exercício económico disponível;

g) **anexo Q** da informação empresarial simplificada (**IES**) do último exercício económico disponível;

h) **anexo R do IVA** da última declaração periódica do IVA;

i) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, **caso aplicável, Anexo III**;

j) **Comprovativo da inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)**, devendo para o efeito ser disponibilizado o respetivo código de acesso, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, na sua atual redação, conjugado com o artigo 3.º da Portaria 200/2019, de 28 de junho.

l) **Cartão de aplicador de produtos fitofarmacêuticos profissionais da DGAV.**

2- Quando o adjudicatário tenha apresentado o documento previsto na alínea i), declarando que não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º da Lei



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

da Finanças Regionais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, não está obrigado a apresentar os documentos referidos nas alíneas e), f), g) e h) do artigo anterior.

3- O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado (**PNFE**).

**4- Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:**

- Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso);

5- O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação através da plataforma eletrónica acinGov.

6- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

7- Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

8- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.





Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

### **Artigo 16º**

#### **Prazo de apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário**

- 1- O adjudicatário deve **apresentar os documentos de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias** a contar da notificação da adjudicação.
- 2- É de **3 (três) dias o prazo para supressão de irregularidades** detetadas nos documentos apresentados para o efeito do art.º 132 nº 1 alínea g) do código dos contratos públicos.

### **Artigo 17º**

#### **Caução**

- 1- O concorrente será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de **10 (dez) dias**, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no nº 2, alínea b) do artigo 77º e no artigo 91º do Código dos Contratos Públicos.
- 2- A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, é no montante correspondente **a 2% do preço total do contrato e deve ser prestada:**
  - a) por **depósito em dinheiro** ou **em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português**, conforme **ANEXO X**, à ordem da entidade que for indicada pelo Município do Funchal nos termos do modelo constante do Anexo ao presente programa, que dele faz parte integrante;
  - b) mediante **garantia bancária** ou **seguro-caução**, conforme **ANEXO XI**, nos termos do modelo constante do Anexo ao presente programa, que dele faz parte integrante.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

- 3-** Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
- 4-** Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.
- 5-** Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
- 6-** Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações respeitantes à garantia, devendo a mesma conter o reconhecimento notarial das assinaturas.
- 7-** Tratando-se de seguro-caução, é exigida a apresentação de apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações respeitantes ao seguro.
- 8-** Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

**9-** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar em tempo e nos termos estabelecidos nos pontos anteriores a caução que lhe seja exigida.

**10-** As cauções prestadas podem ser executadas pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, previstas no n.º 1 do artigo 296.º do CCP.

### **Artigo 18º**

#### **Despesas e encargos**

1- As despesas e encargos inerentes à elaboração da proposta são da responsabilidade do concorrente.

2- As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante.

### **Artigo 19º**

#### **Dados pessoais**

1 - Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento de concurso serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, devendo, após a adjudicação do contrato serem eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigação legais.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

2 - A disposição constante do número anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.

3 – Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

### **Artigo 20º**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos Decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro, adaptação à Região Autónoma da Madeira através do Decreto Legislativo Regional N° 34/2008/M de 14 de agosto de 2008.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

**DEUCP**



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## **ANEXO II-M**

### **Modelo de declaração**

**A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º**

**1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.**

**(Não dispensa a verificação da conformidade legal.)**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

- (1) aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

### **ANEXO III**

Modelo de declaração

*(caso aplicável)*

**(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de  
14 de agosto, na sua atual redação)**

**(Não dispensa a verificação da conformidade legal)**

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada <sup>(2)</sup> não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico:

- ☐ Última Declaração de rendimentos (modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período de atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato);
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;





Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- ☐ Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA <sup>(3)</sup>.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 55.º.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

#### ANEXO IV

##### EQUIPA A AFETAR À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

(em conformidade com o exigido na alínea f) do n.º 1 do Artigo 7.º do programa de procedimento)

\_\_\_\_\_ (denominação social e sede da empresa candidata ou de cada uma das empresas do agrupamento candidato), declara(m) que, em caso de adjudicação, os elementos a afetar à prestação de serviços denominada por “\_\_\_\_\_ (indicar nome)”, em conformidade com o exigido no Programa de Procedimento, serão os seguintes:

Elemento	Nome (completo)	Habilitação Literária	Qualificação Profissional	Funcionário da Empresa (S/N) <sup>1</sup>
<b>Técnico responsável</b>				
...				
...				
....				

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura(s) <sup>(1)</sup>: \_\_\_\_\_

(1) Assinatura do concorrente ou do seu representante

\_\_\_\_\_ <sup>1</sup> Caso responda não deverá preencher a declaração prevista no anexo VI



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DOS MEMBROS DA EQUIPA TÉCNICA

..... (*indicar nome do membro da equipa técnica*), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Concurso relativo à prestação de serviços de ..... (*designação ou referência ao procedimento em causa*), promovido pela Câmara Municipal do Funchal, através da Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos, declaro sob compromisso de honra, que integrarei a equipa proposta pelo Adjudicatário ..... (*designação do Adjudicatário*), para o desempenho da função de ....., e que acompanharei assiduamente os trabalhos da prestação de serviços referida.

Declaro ainda que estarei afeto à prestação de serviços acima referida até ao final da mesma, exceto nos casos de impossibilidade ou força maior, reconhecidos pela Câmara Municipal, através da Divisão de Jardins e Espaços Verdes Urbanos, nos termos previstos no Caderno de Encargos.

**Local e Data .....**

**Assinatura do Declarante .....**

**Outra(s) Assinatura(s) .....**

[assinaturas da pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) da pessoa coletiva com menção da qualidade em que assinam]



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## **ANEXO VI**

### **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

**(Caso seja aplicável)**

.....<sup>1</sup>, com identificação fiscal n.º ....., declara, sob compromisso de honra, ter tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo a execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de..... (*designação ou referência ao procedimento em causa*), comprometendo-se, incondicionalmente, na qualidade de subcontratada da empresa concorrente.....<sup>2</sup>, a realizar os trabalhos de .....

**Data...**

**Assinatura...**<sup>3</sup>

- 1 Designação
- 2 Identificação da concorrente
- 3 Assinatura do subcontratado



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## ANEXO VII

### Avaliação das Propostas

A adjudicação é feita segundo o critério de proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo para tal considerados os seguintes fatores e coeficientes de ponderação:

Fator	Descrição	Peso Específico
<b>FP<sub>LOTE</sub></b>	Fator preço da proposta para o Lote correspondente	60%
<b>VT</b>	Valor técnico da proposta	40%

Em que a ordenação das propostas será efetuada de acordo com a Classificação Final ( $CF_{LOTE}$ ) obtida para cada proposta, mediante a aplicação da média ponderada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF_{LOTE} = 0.60 * FP_{LOTE} + 0.40 * VT$$

Em que:

**CF<sub>LOTE</sub>** – classificação final, resultado da média ponderada para o lote correspondente;

**FP<sub>LOTE</sub>** – pontuação da proposta de preço para o lote correspondente;

**VT** – pontuação do valor técnico.

A proposta mais vantajosa corresponderá à que obtiver melhor pontuação final, arredondada até à segunda casa decimal.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## Metodologia de Avaliação

### 1. Fator Preço (FP) do Lote

A avaliação do Fator Preço ( $FP_{LOTE}$ ) é feita através da fórmula seguinte:

$$FP_{LOTE} = [(PB_{LOTE} - PP_{LOTE}) / (PB_{LOTE})] * 100$$

Sendo:

$FP_{LOTE}$  – pontuação do fator preço da proposta para o lote correspondente;

$PB_{LOTE}$  – preço base do procedimento no lote respetivo;

$PP_{LOTE}$  – preço da proposta do concorrente para o lote respetivo.

### 2. Fator Valor Técnico (VT)

O **Fator Valor Técnico (VT)** será analisado e avaliado por intermédio da decomposição em subfatores, sendo estes caracterizados pelos respetivos descritores. Estes descritores serão hierarquizados segundo uma escala de avaliação, permitindo obter a pontuação de cada concorrente em cada um dos subfatores, e a partir destas, atendendo ao seu respetivo peso específico, obter a pontuação de cada concorrente no Fator VT, o Técnico Responsável (**TR**) da equipa.

#### **VT- Densificação do Fator Valor Técnico e respetiva pontuação parcial**

Este fator será avaliado por intermédio da decomposição de dois subfactores, afetados dos respetivos pesos específicos:

<b>Fator Valor Técnico (VT)</b>
---------------------------------



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

Subfactor	Descrição	Peso Específico
VT.1	Experiência do Técnico Responsável (TR) na profissão	40%
VT.2	Experiência do Técnico Responsável (TR) em manutenção de espaços verdes (públicos) de natureza comparável ao objeto do contrato	60%

Resultando assim na seguinte expressão matemática que permite classificar, em termos de Valor Técnico, cada proposta:

$$VT = 0.40 * VT.1 + 0.60 * VT.2$$

Cada subfator será valorado de acordo com a escala de avaliação que lhe está associada, organizada segundo os respetivos descritores, sendo essa avaliação convertida para uma pontuação de 0 (zero) a 100 (cem), calculando-se da seguinte forma:

$$VT_i = (\text{Pontuação obtida na escala} / \text{Amplitude da escala}) * 100$$

A respetiva escala de avaliação de cada um dos subfatores que compõem o fator de avaliação Valor Técnico (VT) é apresentada sob a forma de grelha, contendo os descritores que os caracterizam hierarquizados segundo a correspondente escala de avaliação.

A obtenção da classificação correspondente a cada patamar da escala de avaliação pressupõe o cumprimento da **totalidade dos descritores** especificados para esse patamar.

O não cumprimento de qualquer deles implica a atribuição da classificação referente ao patamar imediatamente inferior.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

**2.1. Subfactor VT.1 – Experiência do Técnico Responsável na Profissão**

A experiência do Técnico Responsável na profissão (VT.1), será resultante da sua experiência comprovada na profissão\*, sendo pontuado conforme escala de pontuação do Quadro 1 infra:

Quadro 1 – Escala de Pontuação dos anos de experiência do Técnico Responsável

<b>Anos de Experiência do Técnico Responsável*, na execução de trabalhos de manutenção de espaços verdes*</b>	<b>Pontuação (VT.1)</b>
0 anos < experiência $\leq$ 2 anos	5
2 anos < experiência $\leq$ 4 anos	10
4 anos < experiência $\leq$ 8 anos	15
> 8 anos	20

\* Os anos de experiência serão contabilizados tendo por base a informação constante do(s) documento(s) apresentados de acordo a alínea e) do ponto 1 do artigo 7º do programa de concurso, pela experiência acumulada em anos/meses de exercício na profissão do Técnico Responsável.

**2.2. Subfactor VT.2 – Experiência do Técnico Responsável em trabalhos de manutenção de espaços verdes Públicos de Natureza comparável ao objeto do contrato.**

A experiência de manutenção de espaços verdes públicos de natureza comparável à do presente procedimento, será resultante da experiência comprovada nesses trabalhos, do





Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

Técnico Responsável (TR), no exercício dessas funções, sendo pontuado, conforme o estabelecido no Quadros 2 infra.

**Quadro 2 – Escala de Pontuação do Técnico Responsável**

Subfactor	Natureza e complexidade da prestação de serviços	N.º de serviços em espaços verdes ou jardins, em espaço público, de natureza e complexidade comparável, em que o técnico participou nos últimos 10 anos ou que esteja a participar na qualidade de Técnico responsável*	Pontuação
VT (TR)	Serviços em espaços verdes ou jardins, em espaço público, <u>efetuada ao abrigo de contratos de prestação de serviços de duração mínima de 1 ano</u> , que abranjam, ou tenham abrangido, <u>uma área mínima de 15.000 m2</u> .	1	4
		2	8
		3	12
		4	16
		5	20



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

\* Será contabilizado o número de serviços em espaços verdes ou jardins, tendo por base a informação constante do(s) documento(s) apresentados de acordo com alínea e) do ponto 1 do artigo 7º do programa de concurso, acompanhadas de declarações oficiais em que o elemento da equipa técnica participou na qualidade de Técnico Responsável de natureza e complexidade comparáveis às do presente procedimento.



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## **ANEXO VIII**

**A que se refere a subalínea i) da alínea g) do artigo 7.º do Programa de Concurso**

### **SUBFATOR VT.1**

<b>TR: N.º de anos de experiência do Técnico Responsável na profissão</b>	
Identificação do Técnico Responsável: nome completo	
Formação do Técnico Responsável	
N.º de anos de experiência do Técnico Responsável	
Documentos comprovativos da formação e experiência	Documentos a anexar.
Contactos do Técnico Responsável (e-mail, telefone, ...)	



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## ANEXO IX

A que se refere a subalínea ii) da alínea g) do artigo 7.º do Programa de Concurso

### SUBFATOR VT.2

<b>TR: N.º de anos de experiência do Técnico Responsável em trabalhos de manutenção de espaços verdes Públicos de Natureza comparável ao objeto do contrato (ponto 2.2.a anexo VII – Avaliação das Propostas)</b>	
Nº de serviços em espaços verdes ou jardins, <b><u>efetuados ao abrigo de contratos de prestação de serviços de duração mínima de 1 ano</u></b> , que abranjam, ou tenham abrangido, <b><u>uma área mínima de 15.000 m2</u></b> , em que o técnico participou nos últimos 10 anos ou que esteja a participar na <b>qualidade de Técnico Responsável</b>	
Lista de serviços de idêntica natureza à da presente aquisição de serviços, cuja duração seja igual ou superior a 1 (um) ano.	Documentos a anexar: <b><u>Declarações Abonatórias das entidades às quais prestaram os serviços de manutenção de espaços verdes</u></b> , com a indicação do prazo do contrato, bem como da respetiva área de manutenção, de modo a



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

	demonstrar a experiência requerida.
--	-------------------------------------



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## **ANEXO X**

### **Modelo de guia de depósito bancário**

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ (*nome do adjudicatário*), com sede em \_\_\_\_\_ (*morada*),  
depositar na \_\_\_\_\_ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco  
\_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (*por algarismos e por extenso*) em  
dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ (*eliminar o que não interessar*), como caução exigida  
para \_\_\_\_\_ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do  
artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de  
Município do Funchal, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

## ANEXO XI

### Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (*eliminar o que não interessar*) n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (adjudicatário), vem o(a) \_\_\_\_\_ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de Município do Funchal, \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8 ou 7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% 3%, 4% ou 5% (escolher o que interessa, tendo em conta a complexidade e expressão financeira, do valor do contrato) do preço contratual e no montante nominal de ..... e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em



Município do Funchal  
DIVISÃO DE JARDINS E ESPAÇOS VERDES URBANOS

consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]